

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Paula Alice Teixeira Silva

**(RE)INTERPRETAÇÕES SOBRE O TERMO “FAVELA” A PARTIR DO CONCEITO DE PAISAGEM
GEÓGRAFICA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos.

Juiz de Fora

2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Paula Alice Teixeira Silva, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201373587A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **(RE)INTERPRETAÇÕES SOBRE O TERMO “FAVELA” A PARTIR DO CONCEITO DE PAISAGEM GEOGRÁFICA** desenvolvido durante o período de dezembro de 2018 a julho de 2019, sob a orientação do professor doutor Altair Sancho Pivoto dos Santos, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Paula Alice Teixeira Silva

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC

(RE)INTERPRETAÇÕES SOBRE O TERMO “FAVELA” A PARTIR DO CONCEITO DE PAISAGEM GEOGRÁFICA

Paula Alice Teixeira Silva¹

RESUMO

As construções ideológicas sobre o termo “favela”, comumente, reforçam interpretações vinculadas às ideias de miséria, à falta de infraestrutura, promiscuidade, ilegalidade, o perigo das construções irregulares, crime, tráfico e violência. Em geral, tais discursos são concebidos por pessoas de fora, que não vivem nesses aglomerados urbanos. Quando voltamos o olhar para a fenomenologia e para os estudos da paisagem, o entendimento das relações homem e espaço geográfico passam a pressupor estudos sobre as percepções daqueles experienciam e vivenciam tais relações. Diante desse contexto, o objetivo do presente trabalho consiste em refletir sobre as contribuições do conceito de paisagem geográfica aos esforços de entendimento e (re) interpretação de favelas. De natureza qualitativa, tal investigação envolveu uma revisão bibliográfica sobre conceitos como paisagem geográfica, urbanização, favelas e ideologia, por meio de consultas em livros, artigos científicos e, também, documentos de órgãos oficiais.

Palavras-chave: paisagem, favela, cidades, brasileiras.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de paisagem existe desde sempre devido a relação do homem com a natureza. Entretanto, ao longo do tempo, ele foi sendo adaptado conforme as imposições sociais, culturais, históricas e políticas de cada época.

No ocidente, nas primeiras tentativas de se conceituar paisagem, usou-se a palavra alemã *landschaft* a qual designava “uma região de dimensões médias, em cujo território desenvolviam-se pequenas unidades de ocupação humana.” (MAXIMIANO, 2004, P.85). Mais recentemente tem-se entendido paisagem da seguinte forma:

Segundo Oliveira (2001), com base nessas discussões há um retorno do interesse pelo estudo das paisagens em outro nível não apenas descritivo ou fotográfico, mas sim com o status de um elemento essencial na leitura urbana. (OLIVEIRA, 2001, APUD ROCHA, 2007, P.22)

O entendimento de paisagem, nos dias atuais, conta com a inferência das concepções do indivíduo que a observa, para que, através da sua leitura, componha a compreensão socio-histórica-cultural de uma dada sociedade. Deste modo, fica evidente a necessidade não só da análise do termo assim como o incentivo à leitura crítica do desenho das áreas urbanas dos grandes centros, já que, de acordo com a agência de notícias do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatísticas:

Segundo o Censo 2010 do IBGE, o Brasil tinha cerca de 11,4 milhões de pessoas morando em favelas e cerca de 12,2% delas (ou 1,4 milhão) estavam no Rio de Janeiro. Considerando-se apenas a população desta cidade, cerca de 22,2% dos

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: paulaalice@live.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos.

cariocas, ou praticamente um em cada cinco, eram moradores de favelas. No entanto, ainda em 2010, Belém era a capital brasileira com a maior proporção de pessoas residindo em ocupações desordenadas: 54,5%, ou mais da metade da população. Salvador (33,1%), São Luís (23,0%) Recife (22,9%) e o Rio (22,2%) vinham a seguir.

Diante destes números, da ausência de clareza quanto ao conceito de paisagem e do senso comum vigente no Brasil, que estimula um olhar estigmatizado às favelas, faz-se conveniente a tentativa de conceber ressignificações das paisagens apresentadas nas cidades que contam com a presença das favelas. Levando-se em consideração, primordialmente, que a existência atual destes locais, assim como nossas ideias sobre eles são resultados de um processo iniciado no passado.

Portanto, indaga-se: a reflexão acerca do conceito de paisagem pode contribuir aos esforços de entendimento e (re)interpretação das favelas?

Para tanto, o objetivo geral do presente trabalho é debater sobre as contribuições do conceito de paisagem geográfica aos esforços de entendimento e (re) interpretação de favelas.

Desta forma, foram delineados os seguintes objetivos específicos: construir uma reflexão teórica sobre as concepções do termo paisagem sob o olhar da ciência geográfica; pontuar marcos relevantes da criação de grandes centros urbanos brasileiros; descrever resumidamente a forma como favela se estabeleceu no Brasil; trazer contribuições do conceito de paisagem para uma percepção mais crítica e humana da favela.

Parte-se da hipótese de que as paisagens que configuram atualmente os grandes centros urbanos demonstram nitidamente a imensa assimetria econômica presente na nossa sociedade, entretanto a forma como nos posicionamos diante dela é pouco crítica e, por isso, ela tem sido instrumento usado para reforçar a desigualdade e a discriminação ao invés de favorecer a superação desses aspectos.

A natureza do trabalho será pesquisa básica, a abordagem do problema será predominantemente qualitativa, feita de forma descritiva e contará com embasamento teórico coletado através de pesquisa em artigos científicos publicados em revistas acadêmicas, também disponibilizada em versões eletrônicas e bibliografias.

2. REFLEXÃO TEORICA SOBRE CONCEPÇÕES DE PAISAGEM SOB O OLHAR DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Paisagem, lugar, território, espaço e região são termos fundamentais para o entendimento da ciência geográfica bem como das ciências humanas. Em virtude do tema aqui tratado o enfoque é dado nas concepções teóricas sobre paisagem, uma vez que, de certa forma, ela sempre coexistiu com os seres humanos através do ambiente vivido e ou/ captado pela consciência humana (MAXIMIANO, 2004).

Existe um consenso entre os geógrafos de:

(...) que a paisagem, embora tenha sido estudada sob ênfases diferenciadas, resulta da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos. E que ela não é apenas um fato natural, mas inclui a existência humana. (MAXIMIANO, 2004. P.87)

Entretanto, este consenso é resultado de um processo ocorrido ao longo do tempo submetido a transformação, evolução e ampliação diante dos debates entre as diferentes escolas que moldaram o

pensamento geográfico. Desta forma, torna-se fundamental também levar em consideração o contexto histórico ao qual o termo está sendo vinculado, até porque, num primeiro momento, a origem da palavra paisagem encontrava-se dissociada do aporte da ciência geográfica (SILVA, 2016). É no século XIX que ela ganha aporte científico com os naturalistas alemães e o termo cunhado é *landschaft*, nesse sentido Silva (2016, p.3) informa:

O alemão Alexander Von Humboldt, considerado por muitos o pai da Geografia, partiu dos estudos da paisagem, da classificação e individualização dos elementos, para compor uma visão holística do conhecimento e juntamente com Carl Ritter sistematizaram o conhecimento geográfico no século XIX.

No fim do século XIX Ratzel, com a prerrogativa das relações causais existentes na natureza, também contribuiu ao conhecimento das paisagens (MAXIMIANO, 2004). Em 1925 Carl Sauer, discípulo da escola de Berkeley, contribuiu com a obra intitulada “A morfologia da paisagem”, título que foi referência nos Estados Unidos, já que, por lá, paisagem foi compreendida não “apenas como uma adição de elementos, mas de uma interdependência, sujeita também à ação do tempo” (MAXIMIANO, 2004, P.86) sendo assim: “Há uma associação entre a modelagem física e os processos culturais” (SAUER, 1925 APUD SILVA, 2016, P.3).

A partir dos anos 30 até os 60 a URSS estudou paisagem através do viés do sistema físico-químico com publicações de A.A. Grigoriev, L.S. Berg, V.B. Sotchava, N.A. Solncev e A.G. Isachenko. Contudo, nesse período, percebeu-se a necessidade de delimitar compreensões cabíveis ao termo no Congresso da União Geográfica Internacional – UGI, em Amsterdã, em 1938 (MAXIMIANO, 2004, P.86).

Nos anos 40 “Schmitüssen escreveu que a Geografia deveria considerar e estudar o fenômeno da paisagem como um todo” (MAXIMIANO, 2004, P.86). Adiante, na década de 60, destaca-se a contribuição do geógrafo francês Georges Bertrand que em meio a especialização daquela década ‘descartou que paisagem fosse uma simples junção de elementos geográficos; antes definiu-a como “combinação dinâmica, instável, dos elementos físicos, biológicos e antrópicos.’ (MAXIMIANO, 2004, P.84). E novamente os russos, na mesma década, apresentam importante colaboração para o assunto tendo como representante Sotchava que engendrou os geossistemas contendo classes diferenciadas e similares da paisagem. Em 1971, segundo ROUGERIE e BEROUTCHATCHVILI (1991 apud Maximiano, 2004, p.86) ‘a Organização para Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas – Unesco, declarou considerar que a paisagem é simplesmente a “estrutura do ecossistema”.

Processaram-se diversas atribuições ao termo paisagem conforme autor e época, assim também ocorreu com as escolas do pensamento geográfico, tal qual explica Silva (2016, p.3):

(...) pode-se caracterizar de modo geral as duas principais escolas dentro da ciência geográfica: a alemã e a francesa. A primeira utilizava-se do conceito de *landschaft*, numa perspectiva de paisagem voltada ao conjunto de fatores naturais em conjunto com os humanos. A escola anglo-americana sofreu influência direta da escola germânica, por volta dos anos 1940, construindo uma ideia de paisagem objetiva e analisada sob a perspectiva de evolução do relevo. Já a escola francesa, utilizou-se do conceito derivado de “pays”, no sentido de região geográfica. Segundo La Blache (1903), a região geográfica seria identificada a partir de sua fisionomia, definida como “resultado da relação temporal entre os habitantes de uma região e seus recursos naturais.” (apud SANSOLO, 2007)

Isto posto, verifica-se que incorporada à ciência geográfica o termo paisagem ganha perspectivas de análises múltiplas, entretanto, é sob o viés da Geografia Humanista e da Geografia Cultural que as presentes

reflexões irão se nortear. Isso porque a perspectiva Humanista propicia e aprova que o pesquisador tenha envolvimento com o objeto por aceitar a subjetividade como componente da análise, sendo assim, baseia-se nas seguintes noções expressas por Rocha (2007, p.22):

Nesse sentido, há de se refletir sobre toda uma gama de conceitos e princípios que dão base e sustentam a Geografia Humanista como forma de se refletir sobre as relações sociais em relação ao meio ambiente em que se tem fortemente evidenciadas relações culturais, sentimentos; enfim, se apresenta como uma abordagem que busca compreender o espaço geográfico como espaço de vivência. (TUAN, 1980; BUTTIMER, 1982; RELPH, 1975)

Tanto a Geografia Humanista quanto a Cultural se apoiam na fenomenologia que conforme Rocha (2007, p.22) se propõe a:

(...) a fenomenologia busca aquilo que se apresenta como o princípio básico do pensamento filosófico, que é ampliar incessantemente a compreensão da realidade, no sentido de apreendê-la na sua totalidade, destacando a importância das percepções, dos fatos socioambientais, e por fim da intersubjetividade do pensamento, que, como um todo, constitui nosso mundo-vivido, o qual envolve as histórias, os sentimentos, os valores, etc.

Mediante o exposto é oportuno verificar, de forma breve, a forma na qual os grandes centros brasileiros foram elaborados.

3. MARCOS RELEVANTES DA CRIAÇÃO DE GRANDES CENTROS URBANOS BRASILEIROS

É consenso a noção de que a sociedade observada na atualidade apresenta um legado construído progressivamente, Milton Santos (1994) apud Sposito (1999, p.33) diz:

Nos conjuntos que o presente nos oferece, a configuração territorial, apresentada ou não em forma de paisagem, é a soma de pedaços de realizações atuais e de realizações do passado.

Portanto, as cidades brasileiras tem “sua origem no modelo adaptado da cidade europeia portuguesa, que por sua vez decorre do encontro histórico da idade média com a modernidade do primeiro Estado Nacional da Europa”(VAL, 2010, P.1). O Brasil foi, de forma geral, agrário durante séculos, mas foi o Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste que assumiram a dianteira do processo de urbanização nacional, sendo Salvador uma expressão notável como a primeira Rede Urbana das Américas. No entanto, com a descoberta do ouro nas Minas Gerais e as incursões para o interior do país estas configurações foram alteradas, assim como explica Val (2010, p.4):

(...) o eixo urbano se deslocou momentaneamente, inclusive pela perda gradual do prestígio de Salvador que deixaria sua posição de capital para Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, principal ponto de escoamento da produção aurífera e importação da colônia, em 1763. Entretanto, as cidades de Salvador e Recife, emancipada de Olinda após a Guerra dos Mascates, continuariam a ter um peso populacional e para o comércio Atlântico superior ao Rio de Janeiro.

Vigou, no período colonial, modelos que priorizava a configuração das vilas centrais: com a igreja, a praça e o cemitério, sendo a maior parte da população residente das zonas próximas às áreas de cultivo. O centro dessas cidades contava com pontos de comércio tais como vendas e bares. À exceção, foram as cidades da Vila Rica, nas Minas Gerais. Estas se apresentavam com um arranjo próximo aos desenhos das construções medievais, com espaços bem construídos e urbanizados, dispo de guarnições armadas e elevada burocracia fiscal, porém sem as fortalezas. Esse quadro perdurou até o esgotamento das minas nos fins do século XVIII (VAL, 2010).

O Brasil conheceria os contornos da urbanização a partir do séc. XX. Isto é explicado devido a regra da política mercantilista na qual a metrópole decretava que a colônia não poderia exercer atividades produtivas que pudessem competir com ela. Todavia, a distância entre Brasil e Portugal favoreceu que certas demandas da colônia fossem desenvolvidas no próprio solo, tais como: fiação, tecelagem, costura e pequenas forjas e os centros urbanos desenvolviam atividades manufatureiras nas olarias de preparação de cal, cerâmicas, curtumes, manufaturas têxteis e de ferro (VAL, 2010).

A vinda da família Real para o Brasil configura um relevante fator que viabilizaria a estruturação urbana: D. João elabora condições favoráveis ao crescimento industrial. E para que houvesse um melhor escoamento desta produção, no Segundo Reinado, cria-se estruturas para viabilizar a industrialização:

Durante o Segundo Reinado (1840-1889), surgem os primeiros esforços para a industrialização do Brasil. Empresários brasileiros, como Irineu Evangelista de Souza – o Visconde de Mauá - e grupos estrangeiros, principalmente ingleses, começam a investir em estradas de ferro, estaleiros, empresas de transporte urbano e gás, bancos e seguradoras. Favorecidas pelo investimento de parte das rendas do café e da borracha, as atividades industriais limitavam-se a mercearias, tecelagens, chapelarias, serrarias moinhos de trigo, fiações e fabricas de bebidas e conservas. Metalurgias e fundições eram raras. (VAL, 2010, P. 7)

Assim, as cidades ganham relevância e passam a enfrentar o mercado imobiliário ascendente. No fim do século XIX e início do XX, as cidades brasileiras dão um salto e implementam reformas urbanas, Maricato (2001, apud Silva; Macedo, p.17) explica:

Realizavam-se obras de saneamento básico para a eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba Santos Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial, nesse período.

Além do crescimento populacional ocasionado pela emigração da população rural, as cidades também passaram a receber imigrantes estrangeiros vindos de sobremaneira da Europa, região Mediterrânea,

Japoneses, Árabes, Ucrânianos, Alemães, Italianos, Poloneses, entre outros, que se estabeleceram em grande parte nas regiões Sul e Sudeste do país. Ademais, a forma com que se deu a abolição da escravatura e a instituição da república no séc. XIX afetou drasticamente a trajetória das cidades brasileiras no século seguinte, mas não de forma positiva. Diversas províncias antigas, tal qual ocorreu no Nordeste, permaneceram pobres e foram dominadas pelas oligarquias, por isso o período entre 1889 a 1930 é denominado de República Oligárquica.

A partir de 1940 verifica-se uma nova conformação em relação ao lugar de residência da nação. Agora é o centro-sul e seu entorno os locais preferidos da população, Val (2010, p.9) apud Hobsbawn (1979) constata:

Essas populações foram recebidas por um modelo sociopolítico excludente “reinventado” pela República. O autor continua “Com os objetivos de eliminar os resquícios da sociedade escravista, erguer um cenário modernizante e consolidar o mercado imobiliário, as reformas urbanísticas expulsaram a “massa sobrando” (negros, pedintes, pessoas sem documentos, desempregados de um modo geral) dos locais urbanos mais centrais ou mais valorizados pelo mercado em transformação.”

Até o fim da segunda guerra mundial, basicamente, a economia das capitais brasileiras era fundamentalmente agrícola. O processo de industrialização se precipitou a partir da década de 1950 baseando-se no segmento de bens duráveis e bens de produção, Milton Santos (1994, p.43) corrobora:

Se até o fim da segunda guerra mundial, ainda é grande a importância das economias de auto-subsistência em algumas regiões, esse fenômeno tende a desaparecer desde então. A necessidade de intercomunicação é assim exaltada com a complementação recíproca entre regiões levando à ampliação quantitativa e qualitativa da urbanização.

Fato este que conduziria expressivas mudanças na paisagem urbana das cidades, conforme aponta Maricato (2001) apud Silva; Macedo (2009, p.5)

Com a massificação do consumo dos bens modernos, especialmente os eletro-eletrônicos, e também do automóvel, mudaram radicalmente o modo de vida, os valores, a cultura e o conjunto do ambiente construído. Da ocupação do solo urbano até o interior da moradia, a transformação foi profunda, o que não significa que tenha sido homogeneamente moderna. Ao contrário, os bens modernos passaram a integrar um cenário onde a pré-modernidade sempre foi muito marcante, especialmente na moradia ou no padrão de urbanização dos bairros da periferia.

O crescimento demográfico das cidades no período é amparado pela taxa de natalidade elevada e diminuição da mortalidade correspondente aos progressos sanitários e das supostas melhorias das condições de vida da população. Vale ressaltar que este não foi um processo homogêneo, já que os graus de desenvolvimento e ocupação são diferentes e se sucedem em regiões com potencialidades particulares.

A década de 1960 é assinalada pelo golpe de Estado ocorrido em 1964. No período o país adquiriu uma rápida integração à economia internacional, Milton (1994, p.37) elucidada:

As primeiras fases do progresso de integração foram concentradoras das atividades modernas e dinâmicas, tanto do ponto de vista econômico quanto geograficamente. É na última fase, quando já existe um capitalismo maduro, que vamos testemunhar a possibilidade de uma fusão da modernização, não só presente quanto aos capitais, como quanto à tecnologia e às formas de organização.

A adoção do meio técnico-científico no melhor aproveitamento do território brasileiro possibilitou a implementação da informação, de práticas científicas e tecnológicas para a modernização do país. Desta forma a infra-estrutura urbana ganha contornos dispensados pela composição técnica e por altos investimentos. A urbanização é auxiliada por um sistema de engenharia sofisticado que vai se sobrepondo à natureza, mas que se adequa aos ditames do mercado econômico que exige melhores transportes, produção energética e informacional. Assim, as cidades se especializam com intuito de responder a demanda das áreas nas quais estão inseridas e, neste sentido, reafirmar a divisão do trabalho:

As cidades se especializam na medida em que na área respectiva onde estas cidades estão inseridas há possibilidades para uma maior divisão do trabalho, tanto do ponto de vista da materialidade quanto do ponto de vista da dinâmica interpessoal. Assim, quanto mais complexa a divisão do trabalho numa área, região, território, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são umas das outras. (SILVA; MACEDO, 2009, P.7)

A década de 70 irá favorecer a elevação da população que na década seguinte se apresentará em números bastante expressivos, conforme pontua Milton Santos (1994, p. 30):

E na década 70-80, o crescimento numérico da população urbana já era maior que o da população total. O processo de urbanização conhece uma aceleração e ganha novo patamar, consolidado na década seguinte.

Neste período as cidades se veem diante do aumento da violência, do crescimento do narcotráfico nas favelas e sob o vislumbre da redemocratização do país e, desta forma, almejavam-se mudanças.

4. A FORMA COMO A FAVELA SE ESTABELECEU NO BRASIL: UMA BREVE SINTÉSE

A transferência da capital brasileira da Bahia para o Rio de Janeiro sem dúvidas fomentou o crescimento populacional da cidade que agora passaria a ser a capital nacional, conseqüentemente, aumentou também as moradias populares, conhecidas na época como cortiços, estalagens ou casas de cômodos (FILHO, 2011). Já nesse período eram associados à violência, promiscuidade, insalubridade e propagadores de epidemias.

Fato curioso é que os donos dessas habitações, na grande maioria, faziam parte da nobreza e tinham como arrendatários de terra os pequenos comerciantes, conforme Vaz (1994) citado por Filho (2011, p. 35) confirma:

Os aluguéis eram, em geral, exorbitantes e os rendimentos, fabulosos. Construir habitações coletivas tornou-se uma prática comum entre os proprietários e arrendatários de imóveis.

O maior cortiço e também o mais conhecido era chamado Cabeça de Porco. O poder público acometeu diversas vezes contra ele até o ápice: a demolição. Há indicativos que a partir dali os moradores desabrigados teriam se instalado no então Morro da Providência com autorização da prefeitura para usarem o que restou da demolição nas futuras auto-construções (FILHO, 2011). Da mesma maneira, ocorreu o que foi chamado de Bota-abaixo, orquestrado pelo então prefeito do Rio de Janeiro Pereira Passos (1902 – 1906). Sendo assim, os cortiços são considerados os embriões da favela (FILHO, 2011)

Considera-se que dois fatores tenham induzido o estabelecimento das favelas, de acordo com Medina (1964) apud Filho (2011, p. 36):

(...) as duas principais explicações para o surgimento das favelas foram a abolição da escravatura e a crise na agricultura. O autor considera que a abolição, em 1888, trouxe muitas alegrias, mas foi um gesto humano que não teve continuadores. Destaca que seu advento não modificou a realidade agrária do país. Trabalhador rural não era valorizado, mas equiparado a uma enxada ou animal. Assim a “única liberdade que os escravos receberam foi a de poderem ser móveis. Isto é, sair da fazenda onde moravam, para onde quisessem, sem serem perseguidos por ‘capitães do mato’.

Mas a origem do nome favela é em decorrência sobretudo à guerra de Canudos. Os soldados que regressaram teriam associado ao Morro da Providência e, posteriormente, o Morro do Livramento à encosta baiana denominada Alto da Favela. Os soldados ao retornarem da chacina de Canudos enfrentaram o não cumprimento das promessas do soldo feitas pelo governo aos combatentes.

A decorrência da planta favela deu nome a uma encosta do arraial de Belo Monte de Canudos, o Alto da Favela. Nessa vila, localizada no semi-árido baiano, aconteceram violentos combates no final do século XIX, início do período republicano no Brasil. (FILHO, 2011, P. 37)

Outro fato que associa o nome favela no Rio de Janeiro, mas que, também, faz referência à encosta baiana é demonstrado da seguinte maneira por Filho (2011, p. 37-38) apud Medina:

A topografia de ambos era semelhante, pois era considerada uma elevação que permitia visualizar o “inimigo” nas diferentes épocas (Antônio Conselheiro e o Ministério da Guerra). As privações da guerra podiam ser comparadas ao desamparo dos ex-combatentes, pois o pagamento dos soldos e pensões aos sobreviventes e inválidos estava atrasado. Como numa metáfora, as incursões diárias contra inimigos da República em Canudos (seguidores de Conselheiro) foram associadas à batalha contra a má vontade e a indiferença do Quartel General do Exército, localizado próximo ao sopé do Moro da Providência.

Com o passar do tempo, a urbanização do país foi se consolidando de acordo com a explicação de Milton Santos (1994, p. 60):

A partir dos anos 60, e sobretudo na década de 70, as mudanças não são, apenas, quantitativas, mas, também, qualitativas. A urbanização ganha novo conteúdo e nova dinâmica, graças aos processos de modernização que o País conhece que explicam a nova situação.

A situação anterior de cada região pesa sobre os progressos recentes. A diferença entre as taxas de urbanização das várias regiões está intimamente ligada à forma como, nelas, a divisão do trabalho sucessivamente se deu, ou, em outras palavras, pela maneira diferente como, a cada momento histórico, foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho. Da mesma maneira, as favelas também foram alargando suas áreas de ocupação dentro das grandes cidades e esse fenômeno foi denominado favelização. Favela como é mais popularmente conhecida no sudeste do país pode ser também designada como comunidade “grotão, invasão, alagado, vila, bairro – dependendo do lugar e de quem fala” (IBGE, 2019). Para o IBGE os “aglomerados subnormais” apresentam as seguintes características:

O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e
- b) Possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica).

Desde o surgimento destas modalidades de habitação até os dias atuais verificam-se políticas ineficientes, descontinuadas e descontextualizadas. É consenso que o agravamento destas ocupações ocorreu de sobremaneira na década de 70 devido as conjunturas impostas pelo mercado econômico mundial, mas, fato é que, a crise se estabelece no local. Val (2010, p.10) explicita esta condição da seguinte forma:

(...) a urbanização brasileira vem ocorrendo de forma acelerada, comprimindo no tempo um processo que em outros países fez-se muito mais lentamente. Os reflexos são imagens divisadas entre discurso do “estado de direito” e a realidade do ritmo da sociedade capitalista típica dos ricos em especial do Brasil, ratificando a lógica comercial sobre o espaço. Essa metrópole que se forma também é o espelho de uma ordem social excludente, que reproduz não apenas sua ordem de poder sua estética e morfologia mas também contradições latentes.

5. CONTRIBUIÇÕES DO CONCEITO DE PAISAGEM PARA UMA PERCEPÇÃO MAIS CRÍTICA E HUMANA DA FAVELA

É pragmático nas mais diversas sociedades a presença de ideias partilhadas que, de certa maneira, induzem uma coesão entre as pessoas. De forma geral, estas ideias são denominadas ideologia. Ela pode ser expressa através da arte, das religiões, da moral, a grosso modo, de tudo que envolve criações próprias do mundo das ideias. Elas são resultado de uma construção histórico-social. Por vezes, é encarada como uma visão falsa sobre a realidade, mas que, também, é produto de uma implementação conduzida por um determinado grupo social no intuito de salvaguardar os próprios interesses.

Desde o início da colonização brasileira, verificam-se como as riquezas da terra foram usurpadas. A exploração foi instrumento de enriquecimento de uma pequena parcela da população. Este elemento foi sendo difundido no imaginário social como algo natural: muito pra uns e muito pouco para outros. Apoiavam-se, por vezes, na religião ou nas pseudociências, nas diferenças raciais, na imposição e imitação de normas de condutas morais, na proibição de costumes constitutivo da identidade de certos grupos no intuito do seu enfraquecimento, entre vários outros. Foram diversos os artifícios criados para que o projeto desta classe dominante prosperasse e, entre eles, está o de fazer unânime a ideia de que as favelas são o maléfico das grandes cidades, de forma que ela seja percebida como algo dissociado do entorno e, por isso, não é responsabilidade de quem está fora dela mas do governo ou da força policial. A favela, a despeito de toda carga preconceituosa, proporciona que tenhamos contato com a forma mais originária empregada pelos Seres Humanos de, em comunidade, se proteger das intempéries do meio ambiente. De acordo com o arquiteto Luis Kehl, autor do livro “Uma Breve História da Favela” (2010), ela seria a reprodução de um local arcaico, ancestral, e que responde pelas formas mais básicas de relacionamento interpessoal do Ser Humano. Ela é muito mais natural do que nosso sistema: rua, quadra, lote. Ela é mais sustentável que nossas cidades.

Não é justo que seja excluída da percepção e entendimento de cada indivíduo sua subjetividade sobre o que ele entende a respeito de paisagem e ele seja legada uma ideologia. O apropriado seria que esse entendimento fosse dado através da experimentação, conforme nos informa Dardel (1952) apud Cabral (2000, p. 41)

(...) a geograficidade é uma ideia que encerra todas as respostas e experiências que temos dos ambientes nos quais vivemos. Quando são positivas e agradáveis são experiências topofílicas, mas quando são negativas, desagradáveis ou repulsivas, são experiências topofóbicas. Topofilia e topofobia estão associadas com o caráter do ambiente e com os valores e atitudes daqueles que o experienciam.

Sendo assim, fica ainda mais evidente que a ideologia empregada no entendimento sobre o que é favela foi e está sendo construída e reafirmada sistematicamente através da mídia e dos demais meios de difusão da cultura que, na maior parte das vezes, noticia a miséria, a falta de infraestrutura, promiscuidade, ilegalidade, o perigo das construções irregulares, as “tragédias anunciadas” e, sobretudo, o crime, o tráfico e a violência. Mas, de acordo com Dardel, é necessário que um sujeito experencie um ambiente para então o associar a categoria topofobia ou topofilia. Mas, o que se percebe é que estratégias para suprimir tanto as favelas quanto a sua experimentação tem sido empreendidas desde seu estabelecimento, sobretudo por agentes do Estado, através da demolição ou deslocamento para fora dos centros quando há especulação imobiliária ou na tentativa de “embelezar” certa área da cidade. A realidade é que o contato, a experiência, a apreensão são evitadas e desencorajadas, incansavelmente através das mais perversas artimanhas. Um dos modos que se verifica atualmente é o de criar lugares na cidade que funcionam como ilhas

O desconhecimento da cidade real pelas classes médias e dominantes da sociedade, é reforçado pelo seu confinamento a uma área de circulação restrita pelas 'ilhas de primeiro mundo'. A concentração da infra-estrutura e equipamentos urbanos aliados ao mau funcionamento dos transportes públicos, vão determinar a ocupação densa da cidade hegemônica. Esses circuitos fornecem a ilusão de um espaço relativamente homogêneo, contando com comércio e serviços sofisticados. Não é apenas a estrutura administrativa municipal, os cadastros urbanos e o orçamento público que se organizam em função desse espaço restrito. Uma imprensa dedicada ao 'estilo de vida' aí existente reforça a idéia predominante que torna o global pela centralidade oficial. (MARICATO, 1995 APUD VAL, 2010, P.11)

O senso comum que permanece sob a perspectiva de que favela, incluindo a forma como ela se apresenta fisicamente, está associada a algo nocivo à cidade ainda vigora mesmo com a aceleração do seu crescimento. Entre 1991 e 2010 a população residente nos "aglomerados subnormais" aumentou 60% e passou de pouco mais de 7 milhões para 11,4 milhões de pessoas (IBGE, 2011). Nem ao menos seu crescimento gera reflexão. Cabral (2000, p. 42) considera:

Aceita como texto, a paisagem serve a uma multiplicidade de leituras. BERQUE (1998) alerta para o fato de que é preciso compreendê-la de dois modos: enquanto marca, ela é vista por um olhar, experienciada por uma consciência, valorizada por sua utilidade e por sua estética, regulamentada por uma política, etc., e, enquanto matriz, ela determina esse olhar, essa consciência, essa valoração, essa política, etc.

Entendendo que a paisagem está a serviço do observador apresentando-se como um texto a ser lido e assim interpretado, não seria justo que os cidadãos não residentes da favela o fizessem levando conta que dentro de uma cidade a favela representa uma parte do todo, e que, pelo que é considerado bem ou mal, se relaciona intimamente com o restante sendo assim de responsabilidade da coletividade? Não seria mais racional o entendimento de que se alguns usufruem de tanto provavelmente está escasso para outros, e que esse seria um questionamento plausível a se fazer, sendo que, a própria paisagem da favela induz a esse questionamento?

Milton Santos (1994, p. 84) fez a seguinte afirmação:

A força é dos 'lentos' e não dos que detêm a velocidade elogiada por um Virílio em delírio na esteira de Valéry sonhador. Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorre-la e esquadri-la – acaba por ver pouco da Cidade e do Mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens. Os homens 'lentos' por seu turno, para quem essas imagens são miragens não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acaba descobrindo as fabulações.

Faz-se vital passar a encarar a favela como paisagem legítima, já que, diante do exposto, ela preenche os requisitos sustentados pelo saber científico e que, de antemão, só a forma como ela se apresenta já é um convite para a saída do conforto, sendo o desconforto necessário a todos os tipos de mudança, e a porta de entrada para um universo completo de representações, vivências, riqueza, mesmo em meio a escassez, e sobretudo passarmos a reverenciá-la como um local de resistência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos mencionados, foi possível identificar que o uso do termo paisagem foi sendo ajustado com base nas especificidades de cada época. Sendo considerado, atualmente, como eficaz elemento para compressão de uma dada sociedade: “ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada [...] por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc.” (BERQUE, 1998 apud SILVA, 2016, P.5-6). Na perspectiva de conceber as paisagens como resultado de uma experiência e uma política, sobretudo, que se fundou a tentativa de entender e (re)interpretar os olhares para as nossas favelas.

A pesquisa permitiu a verificação do modo como as cidades brasileiras foram concebidas, sendo baseadas na extorsão das riquezas e potencialidades de determinadas regiões que, por vezes, foram sendo adequadas no intuito de manter o escoamento desta produção exploratória. A exploração dos bens exigiu também a exploração humana. Esses indivíduos encarados apenas como instrumentos foram sistematicamente colocados, como utensílios, fora do olhar de quem os usou, e ainda hoje usam. As favelas materializam a perversidade dessa organização desigual.

A urbanização brasileira conheceria contornos mais sólidos com a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro e, desde então, conheceria também as habitações precárias fruto do aumento da população que eram, basicamente, os imigrantes e, sobretudo dos escravizados recém libertos. Neste momento, já se empreendia um imaginário completamente irreal sobre a nossa sociedade. A presença das concepções escravocratas vigorava nitidamente, entretanto, os negros estavam “livres” e a própria sorte. Os imigrantes chegavam em busca das promessas que uma terra nova proporciona. E o que se robusteceu foi a exclusão daqueles que nunca foram considerados cidadãos, sem a necessidade de mencionar a cor da pele deles. Para eles ficou relegado os morros, parte que nada tinha de atraente para a elite. Houve numerosas tentativas de eliminá-los, mas ainda assim persistiam. Não seria esta uma manifestação digna de observação e cuidado? Para os agentes do Estado não era. Tudo que viam nestes morros era um amontoado de barracos e de uma gente indigna:

Considerando que todas as paisagens são símbolos ou representações de uma determinada realidade, é inevitável que o simbolismo da paisagem sirva ao propósito de reproduzir padrões culturais e valores de grupos dominantes, estipulando dessa maneira códigos de comportamento sociais. (SILVA, 2016, P.6)

Aas favelas, tanto antes quanto agora, são evidências materiais da incoerência na qual nossa sociedade se estabeleceu: muitos privilégios para uns e nada para outros. Mas, ainda assim, ela só é encarada como o maior problema das cidades, sendo que ela é fruto da lógica perversa empregada pelas próprias. Se uns poucos se encontram no conforto das suas casas é provável que outros estejam desalentados. Percebe-se, nesse caso, que a dominação ideológica nos impõe limitações que não nos permite desfrutar das mais variadas criações do Homem e reconhecer paisagens legítimas mesmo fora do que foi fabricado. A necessidade de resistir, independentemente do local em que se verifica, do preconceito enfrentado, das tentativas de eliminação, é latente. A forma como são construídas, o modo como se agrupam, as relações interpessoais que os moradores estabelecem a forte identificação com a comunidade são fatores técnicos empregados em benefício da autopreservação, mas isto também não é aclamado pelo senso comum. Milton Santos (1994) prestigiava a capacidade de adaptação diante das mais penosas circunstâncias que esta população é exposta e reconhecia que o pobre é sábio pois conta com a experiência da escassez. Fato que uma classe dominante não reconhece evidentemente, mas reforçam a tragédia que é ser pobre. Mas tentar exercitar a alteridade é um esforço tão imensamente doloroso que a alternativa, mais confortável, tem sido reclamar, reforçar o que se noticia negativamente e continuar cada um com sua vida: alienada.

O entendimento do termo paisagem não só contribui para uma melhor compreensão do que a favela representa como possibilita o vislumbre da elaboração de olhares mais atentos ao discurso difundido em determinada sociedade face ao que está disposto materialmente através das paisagens ali manifestas.

REFERÊNCIAS

Cabral, Luis Otávio. **A paisagem enquanto fenômeno vivido**, [2000]. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/14252/13053>>. Acessado em 02 mai. 2019

FILHO, Alfredo Pereira de Queiroz. **Sobre as origens da favela**, [2011]. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/651>>. Acessado em: 01 jun. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dia Nacional da Habitação: Brasil tem 11,4 milhões de pessoas vivendo em favelas**. 2009.

KEHL, Luis. **Breve história das favelas**. São Paulo: Claridade, 2010. 111p.

MAXIMIANO, Liz Abad, **Considerações sobre o conceito de paisagem**, [2004]. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3391>>. Acessado em: 02 mai. 2019.

ROCHA, Samir Alexandre. **Geografia Humanista: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo**, [2007]. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/7670>>. Acessado em 01 jun. 2019.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 157 p.

SILVA, Amanda Scofano de Andrade, **Trilhando a paisagem: uma abordagem de conceitos e diálogos**, [2016]. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/31935/22633>>. Acessado em: 02 mai. 2019.

SILVA, Regina Celly Nogueira da; MACÊDO, Selênia de Souto. **A urbanização brasileira**, [2009]. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20-%20Reing/Geografia%20Urbana/Geo_Urb_A05_WEB_ZBM_SF_SI_SE_161209.pdf>. Acessado em: 01 jun. 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, **A análise urbana na obra de Milton Santos**, [1999]. Disponível em: <<http://www.agbpp.dominiotemporario.com/doc/marian21.pdf>>. Acessado em: 01 jun de 2019.

VAL, Sylvio dos Santos. **A metrópole brasileira: origens e perspectivas**, [2010]. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/603>>. Acessado em: 01 jun. 2019.